

Balanço Bibliográfico

O “Novo Enem” em contextos escolares enquanto objeto de estudo na pós-graduação brasileira¹

 David Pohl^I

<https://orcid.org/0000-0002-4883-136X>

 Ileizi Fiorelli Silva^{II}

<https://orcid.org/0000-0002-8744-9120>

DOI: 10.17666/bib9709/2022

Submetido em 01/08/2021

Reapresentado em 22/12/2021

Aceito em: 24/04/2022

O Exame Nacional do Ensino Médio e sua relevância para a Sociologia da Educação

Instituído em 1998 (Brasil, 1998) e reformulado no ano de 2009 (Brasil 2009), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é, hoje, uma das principais políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil. Desde a sua criação, a adesão ao exame cresceu ano a ano, ainda que tenha se estagnado desde 2016, ano com número recorde de 8,6 milhões de candidatos inscritos. O Enem, assim como outras políticas públicas em educação no Brasil, figura entre o conjunto de iniciativas do governo no sentido de ampliar e aprimorar seus sistemas de ensino.

Seu embasamento jurídico e político deriva tanto de marcos nacionais, como a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), quanto da adesão do Brasil a pactos internacionais, como o Educação Para Todos, definido na Conferência de Jomtien, em 1990, que exerce influência considerável nos Planos Nacionais de Educação (PNEs) e outras políticas de igual envergadura das décadas subsequentes (Brasil, 2014).

A partir das políticas públicas estabelecidas na década de 1990, os sistemas de ensino no Brasil, desde a educação primária até o ensino superior, passaram

^IO presente artigo é fruto do trabalho de revisão bibliográfica da dissertação *A Dimensão Escolar do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): estudo de caso comparado em Londrina/PR* (Pohl, 2019), que aplica o estudo do objeto sociológico proposto no presente texto: o Enem como um motivador de processos sociais observáveis.

^{II}Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Email: david_pohl@hotmail.com

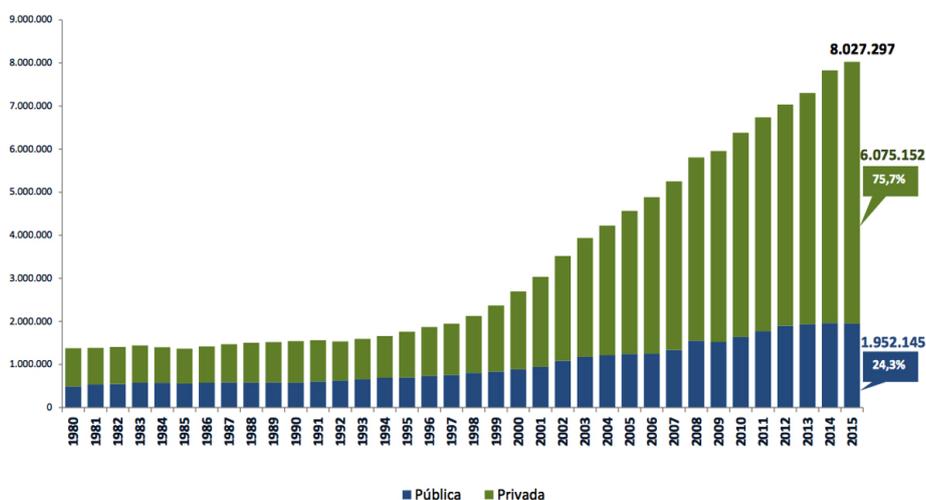
^{III}Professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Londrina (PR), Brasil. Email: ileizi@uel.br

por um período de expressivo crescimento (Carvalhoes; Ribeiro, 2019; Neves; Martins, 2016; Salata, 2018; Sposito; Souza, 2014). Apesar da considerável expansão na oferta do ensino, que possibilitou o atendimento praticamente universal das crianças em idade escolar no primeiro ano do ensino fundamental, o Brasil apresenta, em comparação aos países da América Latina, os menores índices de aprovação, com 40% dos estudantes do ensino fundamental sofrendo repetência em alguns de seus anos e, conseqüentemente, elevadas taxas de evasão deste nível (Crahay; Baye, 2013 apud Tavares Júnior, 2019).

Quanto à sua obrigatoriedade e universalidade de acesso, o ensino médio é fortalecido pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009, que estabelece a matrícula obrigatória de pessoas com idades entre 15 e 17 anos em alguma etapa do ensino (Silva, 2020). Essa atualização da legislação educacional é subsequente ao período de relativa estagnação da ampliação de matrículas do ensino médio a partir do ano de 2004. Em 2019, 92,5% da população de 15 a 17 anos estava matriculada em escolas, ainda que com uma distorção idade-série de 26,2% (TPE, 2021). A maior parte dessas matrículas está na rede estadual (84,1%), seguida pela rede privada (12,3%) e federal (3,1%) (Brasil, 2021). A taxa de conclusão em idade adequada (até os 19 anos) ainda é de 65% para quem ingressa na escola, proporção que sobe para 87,9% em famílias mais ricas e cai para 51,2% nas famílias mais pobres.

Ao observar o crescimento do ensino superior de 1995 a 2015, Salata (2018) destaca que, apesar da expansão do acesso, é a partir de 2004 que esse crescimento efetivamente supera o crescimento da demanda de jovens formados no ensino médio. Uma hipótese levantada por Sposito e Souza (2014), ao observar uma diminuição do crescimento do ensino médio no mesmo período, é de que a expansão da década de 1990 absorveu uma demanda até então reprimida na educação básica. A taxa de crescimento do ensino superior, como afirmam Neves e Martins (2016), também passa a decrescer a partir dos anos 2000, ainda que a análise de Salata (2018) aponte que esteja suficientemente acima da estagnação no crescimento do ensino médio. Cabe destacar que coincide com este período de expansão do ensino superior o crescimento franco da participação do setor privado no mesmo (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – Número de matrículas por unidade administrativa.



Fonte: Censo da Educação Superior (Brasil, 2017a).

Além da desaceleração da expansão, após um período de crescimento mais intenso, há um importante fator de estratificação horizontal na transição do ensino médio ao ensino superior. No ano de 2010, 89% das instituições de ensino superior do Brasil eram privadas (Neves, 2012). Este dado remete a uma inversão que ocorre entre a proporção de matrículas no ensino médio, concentrada nas escolas públicas, e a proporção de matrículas no ensino superior, concentradas nas universidades particulares (Neves, 2012). Apesar da persistência da desigualdade social no Brasil, o Enem está inserido no esteio de políticas públicas que visam promover a ampliação do acesso e permanência de estudantes no ensino superior.

O Programa Universidade para Todos (Prouni) (Brasil, 2005) utiliza a nota do Enem como critério de seleção, além de critérios socioeconômicos, para a implementação de bolsas de estudos em universidades privadas. O Prouni antecede a reforma do Enem de 2009, que representou significativas alterações no exame, sendo esse o ano de implementação do seu novo formato, batizado de "Novo Enem". Também é a partir desse ano que o exame passa a utilizar a Teoria de Resposta ao Item (TRI), mesma tecnologia utilizada em avaliações sistêmicas internacionais, como o *Programme for International Student Assessment* (Pisa), e em avaliações externas dos sistemas de ensino no Brasil desde a década de 1990, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

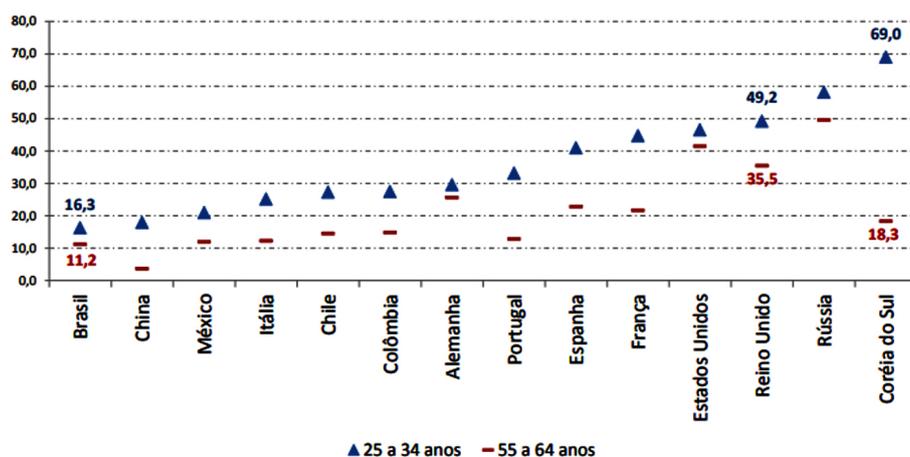
No ano de 2010, por meio da Portaria normativa nº 1, de 22 de janeiro de 2010 (Brasil, 2010a), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (Brasil, 2001), passou a utilizar o Enem como critério de seleção para a concessão de financiamentos no ensino superior privado. No mesmo ano, foi criado pela Portaria normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010 (Brasil, 2010b), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que conta com uma plataforma *on-line*, na qual é possível utilizar a nota do Enem em processos seletivos de universidades públicas e privadas de todo o Brasil.

A Portaria nº 468, de 3 de abril de 2017 (Brasil, 2017c), dá a redação que reforça o caráter individual do resultado das provas do referido exame e sua utilização em torno do acesso ao ensino superior, mas não confere a certificação do ensino médio, ficando restrita ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Assim, após quase 20 anos de existência, o Enem foi consolidado como um dos mecanismos da transição da educação básica para o ensino superior e de diversos programas de fomento e de permanência dos ingressantes na rede pública e privada.

Em dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Brasil, 2017a), que incluem os países membros e parceiros da organização, o Brasil figura como o país com menor percentual da população formada no ensino superior, como mostrado no Gráfico 2.

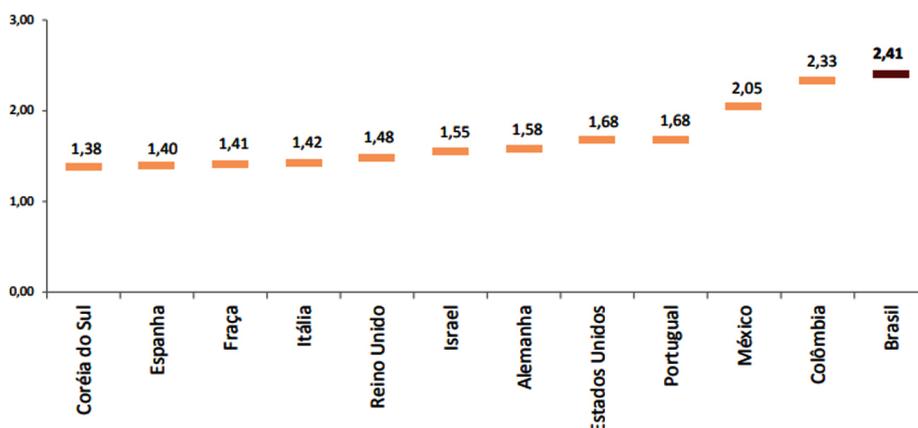
Conseqüentemente, o Brasil apresenta a maior discrepância entre os ganhos de renda de pessoas que possuem ensino superior e pessoas que possuem apenas o ensino médio, como indicado no Gráfico 3. Apesar de ter vivido um período de redução da desigualdade social - expressa pelo Índice de Gini - a partir dos anos 2000, o Brasil viu essa redução se estagnar e passou de 10º para 9º país mais desigual do mundo (Oxfam, 2018).

GRÁFICO 2 – Percentual da população com educação superior por faixa etária - 2014.



Fonte: Dados da OCDE extraídos do Censo da Educação Superior (Brasil, 2017a).

GRÁFICO 3 – Razão entre rendimento de trabalhadores com educação superior e de trabalhadores com ensino médio - 2014.



Fonte: Dados da OCDE extraídos do Censo da Educação Superior 2016 (Brasil, 2017a).

Ainda que de modo panorâmico, esses dados demonstram um cenário geral de profunda desigualdade social e econômica no Brasil. A efetividade do Enem no combate à desigualdade social do país foge do escopo deste trabalho, mas é importante ressaltar que o acesso ao ensino superior não deixa de ser uma oportunidade de adquirir ou manter vantagens econômicas em tal contexto.

Consideramos o Enem um ponto de partida possível e privilegiado para a problematização da transição da educação básica para o ensino superior no Brasil. Mais especificamente, estamos interessados em pensar no Enem como um objeto possível de estudo sociológico, estruturado em torno de práticas sociais observáveis e motivadas por ele no interior das instituições escolares. Diante do fortalecimento dessa função atribuída ao “Novo Enem” consideramos a hipótese de que as escolas reagirão às variadas possibilidades abertas aos estudantes do ensino médio.

Vale destacar também que o exame não apenas participa das formas de ingresso já mencionadas, como também, muito recentemente, tornou-se a referência principal da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio (Brasil, 2017b). O processo de alinhamento da BNCC ao Enem evidenciou-se

desde as primeiras versões, que se inspiravam nas suas *matrizes de referência* (Silva; Alves Neto; Vicente, 2015).

A fim de compreender de que modo o Enem opera no nível das escolas, é preciso investigar o problema sociológico de sua inserção, significação e valoração empreendidas pelos agentes sociais envolvidos na gestão das unidades escolares. A “dimensão escolar” do Enem é justamente a consideração de que as expectativas dos atores escolares quanto à continuidade da formação dos(as) estudantes de suas escolas, por exemplo, podem ser motivadoras de práticas sociais que influenciem tal processo de continuidade. Os contextos escolares são, portanto, um *locus* de análise da implementação do Enem enquanto política pública, ainda que este não possua em sua prescrição intervenções específicas nas instituições de educação básica.

Contribuições para a construção de um estado da arte da Sociologia da Educação no Brasil

Longe de se configurar em um campo científico unitário, a Sociologia da Educação apresenta diferentes conflitos e intersecções internas e externas ao seu campo de atuação, que se desenvolve atrelado à expansão e consolidação dos próprios sistemas de ensino ao longo do século XX (Ferreira, 2006). Os balanços bibliográficos que objetivam investigar o estado da arte de uma temática possibilitam a organização e análise de determinado campo de estudo (Romanowski; Ens, 2006). No caso deste texto, propusemos contribuir para a compreensão do estado da arte no que se refere ao estudo do Enem em contextos escolares e, conseqüentemente, com a organização e análise do campo da Sociologia da Educação no Brasil.

Mehta e Davies (2018) propõem, em nível analítico, a divisão da Sociologia da Educação em cinco frentes que se destacam pelo alcance de sua influência e consolidação no meio científico internacional, ainda que sua análise se restrinja a periódicos norte-americanos. A primeira frente é a que se dedica ao estudo da reprodução social e obtenção de status, bastante popular também no Brasil, e que se alinha com a influência de Pierre Bourdieu na Sociologia da Educação do país. A segunda frente é a sociologia nomeada pelos autores como a do aprimoramento escolar, que se dedica ao monitoramento de políticas públicas e fatores escolares que possam promover mais ou menos sucesso em seus sistemas de ensino. Na Sociologia da Educação brasileira, algumas coletâneas vêm se organizando em torno desse tema (Brooke; Soares, 2008; Tavares Júnior, 2019).

A terceira sociologia da educação, também bastante disseminada no Brasil, é a sociologia crítica da educação. De raiz marxista e representada por Michael Apple, Henry Giroux, Paulo Freire, Samuel Bowles e Herbert Gintis, Geoff Whitty e Peter McLaren, para citar alguns dos estudiosos mais conhecidos, este eixo combina a crítica às desigualdades educacionais com uma análise da dominação implícita em reformas educacionais de grande abrangência. Tendo sido ampliada para agregar questões sobre gênero, raça e sexualidade, entre outros temas, essa sociologia da educação foi, aos poucos, adquirindo um contorno diferente de seu neomarxismo inicial (Mehta; Davies, 2018). Mehta e Davies (2018) criticam a rejeição empírica e a excessiva meta-teoria de muitas de suas correntes, apontando que essa modalidade de sociologia da educação caminha para um processo de isolamento em relação às demais.

A quarta sociologia da educação refere-se ao estudo do ensino superior, sendo definida mais por seu tema de estudo do que por seu compêndio teórico e metodológico. Com mais proximidade com a sociologia organizacional, essa frente sociológica coloca em questão o desenvolvimento das instituições universitárias em relação aos seus determinantes e efeitos sociais particulares. O destaque desse modelo de sociologia é, em parte, apologético, uma vez que os autores apontam negligências nas revisões majoritárias da Sociologia da Educação internacional (Mehta; Davies, 2018). Este fato demonstra um contraste com o protagonismo do estudo da temática do ensino superior que se constata na Sociologia da Educação brasileira circunscrita aos programas de Sociologia e Ciências Sociais (Oliveira; Silva, 2014, 2016).

Por fim, a quinta sociologia da educação ocorre sob o viés da nova sociologia institucional que, no Brasil, é muito mais identificada com a área de ciências sociais aplicadas, como a administração ou contabilidade. Referente à educação, essa frente estuda de que modo os agentes internalizam e operam regras institucionais de escolas e, conseqüentemente, dão forma e vida ao que é prescrito normativamente. A pouca exploração dessa temática nos estudos de educação no Brasil também indica uma importante possibilidade de contribuição da sociologia institucional no estudo de políticas públicas educacionais no país.

No Brasil, o desenvolvimento de uma Sociologia da Educação não ocorreu nos mesmos moldes e nem no mesmo campo dos centros de irradiação internacionais acadêmicos. Oliveira (2018) aponta a forte influência desses centros tradicionais da Sociologia da Educação, principalmente da França, sendo reflexo disso o intenso intercâmbio acadêmico de brasileiros nas faculdades de ciências da educação nas décadas de 1970 e 1980. Não estranhamente, é notória a sólida disseminação da supramencionada teoria de Pierre Bourdieu no Brasil (Costa, 2010 apud Oliveira, 2018).

Outro contorno brasileiro que a Sociologia da Educação assume é uma espécie de divisão social do trabalho acadêmico. De acordo com Silke Weber (Oliveira, 2015), no Brasil, ocorre uma modalidade de divisão do trabalho entre programas de pós-graduação em Educação e Sociologia ou Ciências Sociais. Os primeiros se ocupariam da investigação de fenômenos ligados à educação básica, enquanto os segundos, das questões referentes ao ensino superior.

O Enem, como justificado anteriormente, é uma política pública relevante para uma compreensão sistêmica da educação no Brasil por estar presente na transição da educação básica para o ensino superior. Sua investigação em contextos escolares, por meio da análise de processos e problemáticas sociológicas observáveis, possibilita a obtenção de dados e a produção de trabalhos úteis tanto para a Sociologia da Educação quanto para o campo da análise de políticas públicas. A seguir, apresentaremos os dados referentes à produção acadêmica brasileira em programas de pós-graduação no primeiro decênio do “Novo Enem”, de 2009 a 2018.

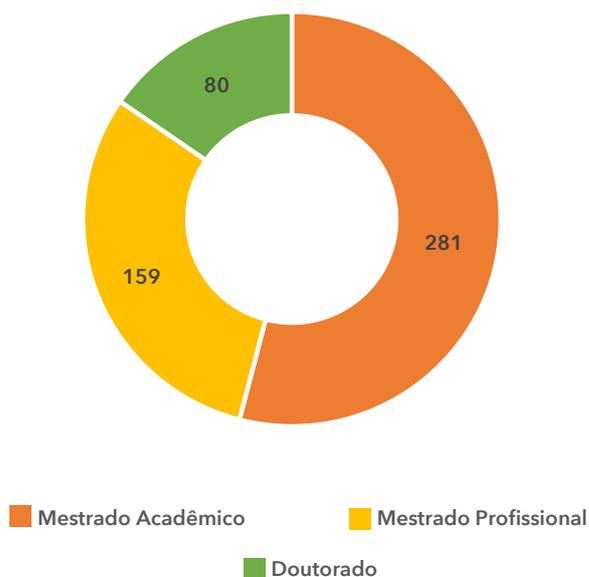
O estudo do “Novo Enem” em contextos escolares em programas de pós-graduação no Brasil

A presente revisão bibliográfica incluiu exclusivamente trabalhos de conclusão de mestrados acadêmicos, mestrados profissionais e doutorados disponibilizados

pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (2021), deixando de lado livros e artigos publicados em periódicos ou anais de eventos. Nos termos de Romanowski e Ens (2006), também seria possível classificar essa investigação como a de um “estado de conhecimento”, por não abarcar publicações de outra natureza.

O formato atual da prova, denominado de “Novo Enem”, tem como marco o ano de 2009. Levando em consideração a consolidação do Enem como política pública, tomamos o intervalo de 10 anos de publicações de teses e dissertações de 2009 a 2018¹ como período de referência da presente revisão. Este período também confere mais atualidade à revisão e abrange o decênio de maior produtividade acadêmica quanto ao Enem. Na primeira década (1998-2007), foram encontrados 47 trabalhos de conclusão. Já na segunda década (2009-2018), utilizando o descritor “Exame Nacional do Ensino Médio” no portal de pesquisa Catálogo de Teses e Dissertações *On-line* da Capes (2021), a busca retornou 522 trabalhos de conclusão: 80 de doutorados, 281 de mestrados acadêmicos e 159 de mestrados profissionais, como mostrado no Gráfico 4.

GRÁFICO 4 – Número de trabalhos por modalidade de curso de pós-graduação - 2009 - 2018.



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Catálogo de Teses e Dissertações (Capes, 2021).

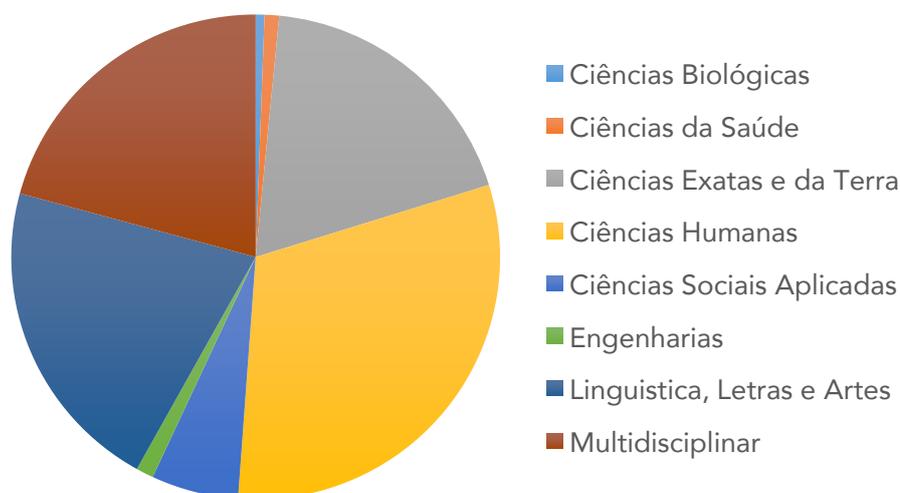
Se comparados com a totalidade de outros trabalhos da área, trata-se de um tema de pouca repercussão. Apenas o descritor “ensino”, com os mesmos recortes, tem 88.638 resultados, enquanto o descritor “educação” tem 102.691. Em comparação a esses totais, a quantidade relativa de trabalhos que incluem o Enem em sua temática neste decênio seria, respectivamente, de 0,59% e 0,51%, aproximadamente.

¹ Para a leitura de uma revisão da produção científica sobre o Enem de 1998 a 2007, consultar o trabalho de Reis (2009).

Considerando a categoria “Grandes Áreas do Conhecimento”, como mostrado no Gráfico 5, veremos que as humanidades ainda lideram a produção sobre o Enem; contudo, a diversidade de trabalhos também é notória. Partindo do pressuposto de que a categoria “Área de Conhecimento” é como uma subcategoria da “Grande Área de Conhecimento”, veremos que o Enem aparece como parte do tema de pesquisa de uma grande variedade de trabalhos, sendo a subárea com mais trabalhos a Educação (100), seguida da Matemática (72) e de Ensino de Ciências em Matemática (52). A área de Sociais e Humanidades conta com 17 trabalhos e a de Sociologia, sete.

Ressalta-se que o elevado número de trabalhos na área de Matemática, bem como de outras áreas, se deve, principalmente, aos mestrados profissionais; a exemplo disso, apenas um trabalho da área de conhecimento da Matemática é de mestrado acadêmico. Apesar de ser característico o foco no ensino de disciplinas específicas, o desenvolvimento de tecnologias didáticas ou análise de questões de exames dos trabalhos desta modalidade de pós-graduação, mantivemos os mestrados profissionais no *corpus* de análise pela possibilidade de análises compatíveis com a problemática desta pesquisa em seus trabalhos de conclusão. Além disso, trata-se de um dado para indicar caminhos futuros de pesquisa que considerem a contribuição dos mestrados profissionais na construção do conhecimento acerca das instituições escolares, posto ainda que só existem trabalhos desta modalidade a partir do ano de 2013 na plataforma.

GRÁFICO 5 – Proporção de trabalhos por “Grande Área do Conhecimento”.



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Catálogo de Teses e Dissertações (Capes, 2021).

Foram lidos os resumos de todos os 522 trabalhos. No caso de o resumo ser muito vago ou confuso, o trabalho foi consultado na íntegra. Nessa análise, ficou evidente a versatilidade da produção acadêmica brasileira sobre o Enem em termos de produção científica. O exame se apresenta como objeto de estudo, parte das ferramentas de investigação, fonte de dados ou como parâmetro de desempenho. O seu uso como referência da elaboração de tecnologias de ensino, seja na criação de recursos didáticos inspirados em sua estrutura ou no

desenvolvimento de técnicas voltadas para melhorar o desempenho dos alunos no exame, é mais frequente nos mestrados profissionais.

Muitos trabalhos apresentam análises detalhadas das provas do Enem, identificando temas de interesse em suas questões por meio de técnicas de análise do discurso ou hermenêutica. Outros trabalhos versam sobre os efeitos do Enem em diferentes esferas da vida social para além das instituições escolares de ensino, tais como sua inserção nos meios de comunicação e sua relação com outras políticas públicas. Inclusive, foram identificados trabalhos que não se relacionavam de modo geral com a educação, mas que utilizavam os dados socioeconômicos do exame como parte de sua discussão. Muitos trabalhos também se ocupam de compreender as variáveis que influenciam a nota do Enem, tomando-o como variável dependente da análise.

Alguns trabalhos problematizam a interação de comunidades escolares com o Enem, porém de modo indireto, restringindo-se ao momento da realização da prova. Assim, avaliamos que essas pesquisas não seriam identificadas na chave "Enem em contextos escolares" ou na chave "dimensão escolar do Enem" de modo específico e direto, pois esses estudos investigaram: a) as percepções dos alunos por meio de seus discursos na redação; b) o Enem no contexto escolar, mas acoplado a outras políticas públicas, apenas mencionando-o; c) as condições de acessibilidade no momento de realização da prova e d) os efeitos da prova, enquanto política pública, no ensino superior. Logo, apesar de esses trabalhos serem importantes para a compreensão de alguns efeitos sociais do Enem, não tratavam diretamente de suas implicações no ambiente escolar e, por isso, foram desconsiderados.

Consideramos que a formulação de objeto mais próxima da nossa proposta tenha sido a de pesquisas que analisavam a compreensão dos agentes escolares acerca do Enem, pois avaliavam o quanto os agentes escolares conheciam os conteúdos trabalhados pelo exame, por vezes em conjunto com as prescrições de ditas "políticas públicas em educação" de forma geral. Dessa forma, apesar de investigarem o Enem com dados obtidos no interior de escolas, não problematizavam fenômenos sociais causados pelo Enem, mas, antes, usavam-no como critério de validação.

Os critérios da identificação de problemáticas circunscritas à investigação de efeitos específicos do Enem em contextos escolares foram dois: se o Enem era problematizado internamente às escolas e suas comunidades; e se a análise pensava o Enem como causa e não efeito de fenômenos sociais. O critério do ambiente escolar diz respeito à verificação das implicações locais do exame que repercutam por toda a comunidade escolar estudada. Pensar o Enem como causa de fenômenos sociais é basicamente não utilizar seus resultados como parâmetro qualificador dos contextos estudados ou investigar quais fatores explicam o desempenho dos alunos, por exemplo.

Ao final da seleção, foram identificados 57 trabalhos, dos quais 35 abordavam o Enem em torno das práticas pedagógicas de uma disciplina específica - processo traduzido comumente como "efeito retroativo" - e não do corpo escolar como um todo. Portanto, foram identificados 22 trabalhos neste decênio (Tabela 1) que de fato abordavam o Enem como um possível motivador de práticas sociais observáveis em contextos escolares e que impactavam a comunidade escolar como um todo.

TABELA 1 – **Trabalhos cuja problemática envolva o efeito direto do Enem em escolas.**

Modalidade	Programa	Estado
Mestrado (15) ²	Desenvolvimento Regional	AP
	Economia de Empresas	SP
	Educação (9)	ES; GO; MG (2); PA; RO; SP (3)
	Educação em Ciências Química da Vida e Saúde	RS
	Ensino na Educação Básica	ES
	Letras (2)	RS; BA
	Mestrado Profissional (4) ³	Economia
Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local		MG
Matemática em Rede Nacional		RJ
Políticas Públicas e Gestão Educacional		RS
Doutorado (3) ⁴	Economia	SP
	Educação (2)	SP; RS

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Capes (2021).

Dos 522 trabalhos analisados, 4% deles, aproximadamente, problematizaram o Enem como motivador de práticas sociais nos contextos escolares e, como indicado na Tabela 1, nenhum está inserido na área das Ciências Sociais ou mesmo da Sociologia. Tratando-se de um pequeno número de trabalhos de acordo com uma abordagem específica, é preciso cautela para extrapolar o nível descritivo destes dados e considerar este conjunto como representativo da produção acadêmica acerca do Enem como um todo.

Ainda que em um nível descritivo, cabe observar a concentração dos trabalhos nas regiões Sul e Sudeste; o fato de 65% dos trabalhos serem de instituições públicas e 35% de instituições privadas; e a maioria de autoria de mulheres, na proporção de 75%. A metodologia e referencial teórico são bastante diversos, pelo próprio caráter fragmentário deste conjunto de trabalhos. O conjunto de procedimentos metodológicos é marcado pelo ecletismo, passando pela condução de estudos de caso, textos ensaísticos e análises quantitativas para cobrir mais de uma instituição ou discutir a influência do Enem em escolas de modo mais geral.

No corpo dos trabalhos, em sua íntegra, foi buscada a combinação de palavras “sociologia da educação” para verificar o seu uso enquanto referencial teórico. De fato, a expressão é praticamente inexistente ou utilizada de modo bastante superficial. “Sociologia da educação”, no corpo do texto, aparece apenas em uma dissertação em Educação (Nascimento, J., 2017), nas referências bibliográficas de uma dissertação em Letras (Santos, V., 2017) e de uma tese em Educação (Silva, S., 2018). Desse modo, constata-se que, entre a produção acadêmica

² Santos, S., 2014; Camelo, 2010; Bregensk, 2016; Messina, 2016; Silva, C., 2009; Nascimento, J., 2017; Fonseca, 2010; Gonçalves, 2017; Cordeiro, 2017; Nascimento, A. 2017; Greve, 2017; Santos, M., 2016; Peroba, 2017; Veloso, 2018; Santos, V., 2017.

³ Bessa, 2017; Marques, 2013; Palhares, 2014; Hundertmarck, 2017.

⁴ Lepine, 2016; Piunti, 2015; Silva, S., 2018.

brasileira, no que concerne a monografias, um trabalho que problematize o Enem no âmbito da escola enquanto motivador de fenômenos e práticas sociais sob o olhar da Sociologia da Educação, ou ao menos utilizando-se de tal léxico para assim se definir, é ainda inédito.

Consideramos, então, como caminhos possíveis, realizar uma interpretação sociológica desde as seguintes perguntas: de que modo o Enem influencia os processos sociais escolares? De que modo a influência do Enem nas escolas se constitui em processo social? Dessa forma, poderíamos desenhar uma explicação sociológica que permita interpretar tanto a posição quanto a função do Enem nas diferentes configurações escolares.

Indicamos como hipóteses promissoras a internalização do Enem em diferentes escolas e em dois níveis de processo social. O primeiro, precedido pela verificação da própria existência da identificação da dinâmica escolar em torno das expectativas quanto à continuidade dos estudos dos(as) estudantes, e traduzido pela vinculação do Enem às possibilidades de ingresso no ensino superior. O segundo é a capacidade do Enem em diferenciar as escolas entre si caso faça parte de seus processos de estruturação.

Considerações finais

Os dados apresentados evidenciam três pontos principais que sugerem lacunas a serem preenchidas nas investigações científicas da pós-graduação brasileira: o primeiro é a presença do Enem como temática de pesquisa em apenas 0,60% dos trabalhos de conclusão na área de Educação e Ensino; o segundo, a baixa utilização de métodos mais diretos de observação e trabalho de campo por meio da investigação em contextos escolares e a predileção por dados quantitativos e secundários sobre o tema; já o terceiro versa sobre a desconsideração do Enem como um fator que possa causar alteração em contextos escolares.

A lacuna que objetivamos aqui expor se refere ao campo da sociologia educacional brasileira e ao próprio estudo do Enem enquanto política pública. De forma geral, em um primeiro momento, propusemos verificar a compreensão do Enem como um elemento não apenas referente ao ensino superior, mas também à educação básica. Em um segundo momento, sistematizamos as evidências do estudo científico dessa associação na produção acadêmica da pós-graduação brasileira.

A conclusão deste trabalho mistura-se, pois, com a proposição do objeto de estudo apresentado para investigações futuras. Verificar o potencial de interferência do Enem em contextos escolares pode revelar como a transição da educação básica para o ensino superior é problematizada como questão social na educação básica. Além disso, o contexto escolar, ainda que o Enem seja facultativo e de adesão individual, corresponde a um mecanismo acionado na implementação de uma das principais políticas públicas em educação do país.

Referências Bibliográficas

BERNSTEIN, B. Códigos pedagógicos e as modalidades de suas práticas. **Ensino de Sociologia em Debate**, v. 1, n. 9, p. 1-26, jan./dez. 2019. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/9%20Edicao/TRADUCAO_DAVID%20e%20LEIZI.pdf. Acesso em: 1 jun. 2022.

BESSA, J. T. de S. **A importância do ranking do Enem para a sociedade e as diferenças entre as redes de ensino**. 2017. Dissertação (Mestrado em Matemática - Profmat) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 maio 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020**: resumo técnico. Brasília: Inep, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2016**: divulgação - Coletiva de Imprensa. Brasília, DF: Inep, 31 ago. 2017a. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2016/apresentacao_censo_educacao_superior.pdf. Acesso em: 2 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria Inep nº 109, de 27 de maio de 2009, **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 100, p. 56-63, 28 mai. 2009.2705

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27.833-27.841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o fundo de financiamento ao estudante do ensino superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 135-E, p. 2-4, 13 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 10, p. 7-8, 14 jan. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base (ensino médio)**. Brasília: MEC, 2017b.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 136, n. 102-E, p. 5, 1 jun. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 468, de 3 de abril de 2017. Dispõe sobre a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 65, p. 40, 4 abr. 2017c.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria normativa nº 1, de 22 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - Fies, regulamenta a adesão de mantenedoras de instituições de ensino não gratuitas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 17, p. 65-66, 26 jan. 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria normativa nº 02, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 18, p. 80-81, 27 jan. 2010b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000 - 2015**. Brasília: MEC, 2014.

BREGENSK, K. M. G. **Trabalho docente e Exame Nacional do Ensino Médio: tensões e dilemas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. (org.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CAMELO, R. de S. **Exames curriculares e resultados educacionais: uma análise do Exame Nacional do Ensino Médio**. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

CAPES. Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de Teses e Dissertações Online**. Disponível em: [https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/.](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/) Acesso em: 9 maio 2021.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 195-233, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>.

CORDEIRO, A. de D. **Política pública de avaliação educacional: o Enem e o ensino médio em escolas públicas de Vilhena - RO**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

FERREIRA, R. A. Sociologia da Educação: uma análise de suas origens e desenvolvimento a partir de um enfoque da sociologia do conhecimento. **Revista Lusófona de Educação**, v. , n. 7, p. 105-120, 2006. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/805>. Acesso em: 1 jun. 2022.

FONSECA, R. A. de S. **Enem - Exame Nacional do Ensino Médio 1998-2007: olhares da escola pública mineira através da voz de gestores, pedagogos e professores de escolas da rede pública estadual de Passos (MG)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

GONÇALVES, S. J. **Uso dos resultados do Enem por escolas públicas estaduais de Campinas: voz de gestores, professores e alunos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

GREVE, L. F. **SARESP e Enem: efeitos no currículo do ensino médio integral em escolas públicas estaduais do município de Campinas na percepção de gestores e professores**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

HUNDERTMARCK, B. S. **Políticas educacionais e ensino médio: o Exame Nacional do Ensino Médio em xeque!** 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

- LEPINE, A. G. **Ensaio em economia da educação no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MARQUES, B. A. de A. **Impacto da divulgação das notas no Enem na concorrência entre escolas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.
- MEHTA, J.; DAVIES, S. (ed.). **Education in a new society**. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 2018.
- MESSINA, N. **Exame Nacional do Ensino Médio: razões e contradições**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2016.
- NASCIMENTO, A. A. do. **As ações de gestores e professores a partir dos resultados do Enem**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.
- NASCIMENTO, J. S. **Exame Nacional do Ensino Médio no Brasil: das intencionalidades às formas de legitimação pelas escolas no jogo das classificações e desclassificações**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.
- NEVES, C. E. B. Ensino superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. *In: Congresso de 2012 da LASA (Associação de Estudos Latino Americanos)*, 2012, São Francisco. **Anais online**. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1114.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.
- NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. *In: DWYER, T. et al. (org.). Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016.
- OLIVEIRA, A. A Sociologia da Educação no Brasil: entrevista com Silke Weber. **Revista de Cultura Política**, v. 5, n. 1, p. 135-155, set. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/26668>. Acesso em: 1 jun. 2022.
- OLIVEIRA, A. Repensando a Sociologia da Educação no Brasil: ações afirmativas e teoria do sul. **Revista de Sociologia de la Educación (RASE)**, v. 11, n. 1, p. 59-69, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7203/RASE.11.1.10612>.
- OLIVEIRA, A.; SILVA, C. F. da. Mapeando a sociologia da educação no Brasil: análise de um campo em construção. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 9, n. 2, p. 289-315, mai./ago. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2014v9n2p289-315>.
- OLIVEIRA, A.; SILVA, C. F. da. A sociologia, os sociólogos e a educação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 91, jun. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/319108/2016>.
- OXFAM. **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo: Brief Comunicação, 2018.
- PALHARES, C. M. B. **O Enem e as mudanças nos métodos de avaliação da aprendizagem: um estudo sobre a influência no ensino médio em uma escola mineira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2014.

- PEROBA, K. C. F. **O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e suas implicações no contexto escolar: o caso da escola estadual de ensino médio “Emir de Macedo Gomes” em Linhares-ES**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2017.
- PIUNTI, J. C. P. **O Exame Nacional do Ensino Médio: uma política reconstruída por professores de uma escola pública paulista**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- POHL, D. **A dimensão escolar do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): estudo de caso comparado em Londrina/PR**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.
- REIS, L. A. C. **Enem: um estudo sobre a produção acadêmica disponibilizada no Banco de Teses da Capes (1999-2007)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2009.
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 1 jun. 2022.
- SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>.
- SANTOS, M. S. M. dos. **Pensando fora da caixa: uma discussão sobre os novos dispositivos de avaliação, currículo e escola privada**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SANTOS, S. S. **A gestão educacional e o Enem: desdobramentos na realidade do Amapá (1998-2010)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.
- SANTOS, V. M. A. dos. **O Enem e(m) representações sociais de alunos da 3ª série do ensino médio de uma cultura escolar local**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.
- SILVA, C. S. da. **O Exame Nacional do Ensino Médio - Enem e suas repercussões nos trabalhos pedagógicos dos professores do ensino médio do município de Oriximiná**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2009.
- SILVA, I. L. F.; ALVES NETO, H. F.; VICENTE, D. V. A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 3, p. 330-342, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.4013/csu.2015.51.3.10>.
- SILVA, M. R. da. Ampliação da obrigatoriedade escolar no Brasil: o que aconteceu com o ensino médio? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n.107, p. 274-291, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701953>.
- SILVA, S. G. da. **Governamentalidade neoliberal, educação e modos de subjetivação: o discurso do Enem**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R. Desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil. *In*: KRAWCZYK, N. (org.). **Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez, 2014.

TAVARES JÚNIOR, Fernando (org.). **Rendimento educacional no Brasil**. Juiz de Fora: Olps Gráfica, 2019.

TPE. Todos Pela Educação. **Anuário brasileiro da educação básica - 2020**. São Paulo: Moderna, 2021.

VELOSO, L. S. **Os efeitos retroativos do Exame Nacional do Ensino Médio e outros exames externos em uma escola pública estadual**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

Resumo

O “Novo Enem” em contextos escolares enquanto objeto de estudo na pós-graduação brasileira

O presente trabalho analisa a produção acadêmica em nível de pós-graduação no estudo de processos sociais observáveis relacionados ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em contextos escolares. Contemplando o intervalo de dez anos, de 2009 a 2018, entendido como a primeira década do chamado “Novo Enem”, o artigo faz um levantamento sobre a produção bibliográfica da pós-graduação brasileira em torno da referida problemática. No total, foram analisados 522 trabalhos de pós-graduação, dos quais 22 (cerca de 4%) problematizam processos sociais observáveis em contextos escolares relacionados ao Enem. Nenhum destes 22 trabalhos está vinculado a programas de pós-graduação em Sociologia. O presente trabalho aponta a existência de uma lacuna para a Sociologia da Educação no Brasil, visando, dessa forma, colaborar para a produção de pesquisas que estudem os efeitos do Enem nas escolas.

Palavras-chave: *Enem; Sociologia da Educação; Escola; Política pública; Pós-graduação.*

Abstract

The ‘New ENEM’ in school contexts as a research object in Brazilian graduate studies

This study analyzes graduate academic production on the observable social processes related to the National High School Exam (ENEM) in school contexts. Covering a 10-year interval, from 2009 to 2018, understood as the first decade of the so-called ‘New ENEM’, this paper presents a bibliographic survey of Brazilian graduate studies produced about this issue. It analyzed 522 graduate essays in total, of which 22 (nearly 4%) problematize social processes observable in school contexts related to the exam. None of these 22 works are linked to graduate programs in Sociology. This points to a gap for Sociology of Education in Brazil, aiming thus to collaborate in the production of research that investigate the effects of ENEM in schools.

Keywords: *ENEM; Sociology of education; Schools; Public policy; Graduate studies.*

Résumé

Le ‘nouvel ENEM’ dans les contextes scolaires comme objet d’étude aux études supérieures brésiliennes

Cette étude analyse la production académique de troisième cycle sur les processus sociaux observables liés à l’Examen national du lycée (ENEM) dans les contextes scolaires. Couvrant un intervalle de 10 ans (de 2009 à 2018), compris comme la première décennie du soi-disant ‘nouvel ENEM’, cet article présente une enquête bibliographique des études supérieures brésiliennes produites sur cette question. Elle a analysé 522 essais au total, dont 22 (près de 4%) problématisent les processus sociaux observables dans les contextes scolaires concernant l’examen. Aucun de ces 22 travaux n’est liés à des programmes de troisième cycle en Sociologie. Cela indique une lacune pour la Sociologie de l’éducation au Brésil, visant ainsi à collaborer à la production de recherches qui étudient les effets de l’ENEM dans les écoles.

Mots clés : *ENEM; Sociologie de l’éducation; Écoles; Politiques publiques; Troisième cycle*